

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.184, DE 28 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País.

EMENDA Nº / 2023

(Do Sr. Gilson Marques - NOVO/SC)

Art. 1º O art. 24 da Medida Provisória nº 1.184, de 28 de agosto de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24. A [Lei nº 11.033, de 2004](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º.....

I - os ganhos líquidos auferidos por pessoa física em operações no mercado à vista de ações nas bolsas de valores e em operações com ouro ativo financeiro cujo valor das alienações, realizadas em cada mês, seja igual ou inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para o conjunto de ações e para o ouro ativo financeiro respectivamente;

.....

III - na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimentos Imobiliário e pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais - Fiagro cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado e sejam efetivamente negociadas em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado;

.....

Parágrafo único.

I - será concedido somente nos casos em que os Fundos de Investimento Imobiliário ou os Fiagro possuam, no mínimo, 500 (quinhentos) cotistas;

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória (MP) nº 1184, de 05/06/2023, trata da tributação de aplicações em fundos de investimento no País. A previsão do governo, constante da



EM nº 00104/2023 da MP, é obter um aumento de arrecadação de R\$ 3,21 bilhões em 2023 e de dezenas de bilhões de reais a partir de 2024.

Ocorre que, como já é amplamente conhecido, os brasileiros já suportam a maior carga tributária do mundo quando comparada à arcada por cidadãos de outros países de porte semelhante ao Brasil. Esta Medida Provisória representa indubitavelmente um aumento da carga tributária.

A presente emenda procura amenizar, mesmo que parcialmente, esse efeito perverso ao prever um aumento do limite de isenção para ganhos líquidos auferidos por pessoa física em operações no mercado à vista de ações nas bolsas de valores e em operações com ouro ativo financeiro cujo valor das alienações, realizadas em cada mês. O limite passaria dos atuais R\$ 20.000,00 (contabilizando o conjunto de ações e o ouro ativo financeiro do investidor) para R\$ 30.000,00.

Estamos certos de poder contar com o apoio dos nobres pares, de forma a demonstrar a responsabilidade do Congresso Nacional com o respeito aos pagadores de tributos; que, ao final do dia, são os que suportam toda a carga do estado.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 2023.

Deputado Gilson Marques

NOVO / SC

